



MINISTÉRIO DA DEFESA
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS
DIRETORIA TÉCNICA DE SAÚDE
NÚCLEO DE QUALIDADE E SEGURANÇA DO PACIENTE

PROJETO BÁSICO Nº 1/ 2021 - NQSP

1. OBJETO

Trata-se de Kit Coxim a ser utilizado em pacientes da Unidade de Terapia Intensiva do HFA necessitando permanecer em posição prona.

2. OBJETIVO

O Kit Coxim visa mitigar os danos em pacientes acometidos com Covid-19 internados na Unidade de Terapia Intensiva do HFA tem como objetivos:

- (1) Proporcionar conforto respiratório ao paciente
- (2) Auxiliam na prevenção de escaras que podem ser provocadas em decorrência de longas horas deitados na mesma posição
- (3) Reduzir o tempo de internação.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

O posicionamento em prona redistribui os órgãos abdominais e intratorácicos, principalmente o coração, reduzindo a compressão sobre os pulmões. Essa ação diminui a resistência da ventilação com pressão positiva e aumenta a capacidade residual funcional e a capacidade pulmonar (BERRY, 2015; KALLET; FAARC, 2015). Em contraste, a perfusão pulmonar é relativamente pouco afetada pelas alterações posicionais, de modo que permanece preferencialmente distribuída às regiões pulmonares dorsais (KALLET; FAARC, 2015), resultando em uma melhora expressiva de oxigenação. Este parece ser o efeito fisiológico mais importante da posição prona, permitindo a redução da fração inspirado de oxigênio (FiO₂), da pressão média das vias aéreas, diminuindo o risco de lesão pulmonar e sobrecarga ventricular direita (BLOOMFIELD; DW; SUDLOW, 2015; DALMEDICO et al., 2017; GATTINONI et al., 2010, 2013a; RUSSOTTO; BELLANI; FOTI, 2018; SUD et al., 2010). Entretanto, o posicionamento prono foi associado a taxas mais altas de obstrução do tubo endotraqueal e surgimento de lesões por pressão. A taxa de mortalidade entre pacientes com SDRA grave diminui quando esse posicionamento é realizado por pelo menos 12 horas diárias, entretanto os pacientes devem ser mantidos em posicionadores adequados para cabeça e corpo com intuito de prevenir úlceras de pressão e obstrução do tubo endotraqueal. Autores descrevem a adoção de algumas medidas para a posição prona, a fim de minimizar problemas relacionados a mesma (BALL et al., 2001; MCCORMICK; BLACKWOOD, 2001): - coxins de espuma devem ser colocados sob parte superior do tórax e abdômen inferior, para liberar o abdômen e assim, diminuir pressão excessiva nas áreas identificadas; - a cabeceira da cama pode ser elevada, com posicionamento em trendelenburg reverso, para tentar minimizar o edema facial e evitar possível aspiração de conteúdo gástrico (MCCORMICK; BLACKWOOD, 2001). Os coxins (posicionadores corporais), usados para posicionamento em prona de pacientes com SDRA, são necessários para um melhor alinhamento corporal do paciente, e para uma melhor ventilação aumentando a possibilidade de sobrevida dos pacientes. São colocados sob a cabeça, tórax, pelve, joelhos e tornozelos, com o intuito de liberar o abdome para ventilação e evitar apoio excessivo em regiões vulneráveis à lesão por pressão.

Devido o quantitativo de pacientes acamados houve maior demanda de cuidados específicos dispensados a esses pacientes. No caso específico de pacientes com Covid-19, a posição prona é a que proporciona maior conforto ao paciente. Sublinha-se que entre os meses de março de 2020 e abril de 2021 houveram 120 lesões por pressão em pacientes internados na Unidade de Terapia Intensiva do HFA.

B. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO:

Os **Benefícios Diretos** estão relacionados com a melhora da ventilação pulmonar o qual é indispensável para a manutenção da vida do paciente acometido pela Covid-19, da mesma forma a mitigação de lesões corporais. Quanto aos **Benefícios Indiretos** cita-se a melhoria na qualidade da assistência e satisfação do paciente e familiares.

C. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE:

A presente aquisição não está prevista no Plano Anual de Contratações, tendo em vista que a utilização dos coxins deve ser de uso IMEDIATO E EMERGENCIAL visto que é crescente o número de lesões por pressão causadas em pacientes em posição prona acometidas pela Covid-19. Sublinha-se que não há tempo de espera para aquisições a longo prazo. O uso do material seguirá as orientações do fornecedor, mas o monitoramento seguirá o protocolo para prevenção de lesão por pressão no momento sendo elaborado pelo Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente. O uso é contínuo em todos os pacientes em posição prona. A contratada deve apresentar garantia, segurança para o uso e data de validade do produto.

A contratação alinha-se com o planejamento da Direção do HFA, assessorada pelos chefes da Divisão da Farmácia deste Hospital e coordenação do Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente ratificada pela Diretoria Técnica de Saúde – DTS. Esta assertiva ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tais materiais para o bom andamento das atividades a que se destina o HFA.

A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram observadas, previamente, todas as prescrições constantes do art. 16, inciso I e II, e § 1º incisos I e II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o art. 7º, § 2º, inciso III da Lei nº 8.666/93.

D. AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES:

Não se aplica.

E. CRITÉRIOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E CULTURAIS ADOTADOS:

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo deverão ser observados os seguintes requisitos ambientais:

Os critérios de sustentabilidade exigidos no Termo de Referência estão de acordo com no Art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com redação dada pela Lei nº. 12.349, de 2010; no Art. 4º, incisos I, III, VI, Art. 5º do Decreto nº. 7.746, de 5 de junho de 2012; Art. 5º do Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010; Incisos II, III, do Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19 de janeiro de 2010; Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010; Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e subsidiariamente a Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000;

A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº. 8.666/93 e Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010/SLTI/MPOG;

Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana de açúcar (se for o caso);

Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

F. TIPAGEM DO SERVIÇO (COMUM OU NÃO) E SUA NATUREZA (SE CONTINUADO OU NÃO):

Trata-se de material de consumo cuja necessidade de aquisição surgiu devido o contexto de pandemia pela Covid-19. Considerando que trata-se de enfermidade que permanecerá em neste ambiente hospitalar pretende-se que a aquisição seja continuada.

G. REFERÊNCIAS A ESTUDOS PRELIMINARES:

O material solicitado é destinado para o segmento hospitalar e de recuperação de pacientes, nasceu da aspiração em levar mais conforto e bem-estar em todos os momentos da vida das pessoas. Em decorrência da pandemia do COVID-19 foram desenvolvidos para serem utilizados em pacientes graves submetidos a técnica de pronação (de bruços) para o tratamento da doença. Conforme os criadores do sistema de coxim, os mesmos passam por controle de qualidade.

H. RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE A SER CONTRATADA:

Trata-se de material de consumo a ser utilizado continuamente em pacientes da Unidade de Terapia Intensiva do HEA conforme quantidade abaixo:

Item	Descrição	QTDE.
01	KIT COXIM DE PRONAÇÃO	20

I. OPÇÃO POR CONTRATAÇÃO EM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO:

Será adquirido, em princípio, por Dispensa de Licitação.

4. RESQUITOS DOS SERVIÇOS E/OU MATERIAIS

4.1. Requisitos legais:

Não se aplica

4.2. Requisitos de Material (insumos) e Equipamentos:

Não se aplica

4.3. Requisito de Comunicação:

Não se aplica

4.4. Requisito de Treinamento:

Não se aplica

5. MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Não se aplica

6. ESTIMATIVA DE CUSTO DA CONTRATAÇÃO

6.1. O custo total deste PB está estimado em: R\$ **R\$ 14.000,00(quatorze mil reais)**, conforme tabela abaixo, tomada como referência de proposta comercial:

Item	Descrição	QTDE.	Valor Mensal	Valor Anual
01	KIT COXIM DE PRONAÇÃO	20	-	-
Valor total			R\$ 14.000,00	
Valor contratual total			R\$ 14.000,00	

7. FORMAS DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.2 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.14 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.17 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)
I = (6/100)/ 365
I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Os objetos deste Projeto Básico são monopólio do Governo Federal, (conforme Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1.962 e Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1.989), ou seja, a produção e a comercialização dos referidos insumos são EXCLUSIVIDADES do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN/CNEN).

9. PRAZOS E FORMA DE EXECUÇÃO

9.1. Prazos

9.1.1. Os produtos deverão na data da entrega, apresentar a seguinte validade: 9.1.1.1. Quando a validade for superior a 24 (vinte e quatro) meses validade mínima de 60% (sessenta por cento) a partir da data de fabricação.

9.1.1.2. Quando a validade for igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) meses validade mínima de 75% (setenta e cinco por cento) a partir da data de fabricação. Com a aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das atas de registro de preços desses fármacos, o hospital, poderá em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos medicamentos no período de validade.

9.2. Entrega:

9.2.1. Devido a urgência da utilização dos materiais, os produtos deverão ser entregues no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da ordem de fornecimento (Nota de Empenho), acompanhado de cópia do empenho, ambos enviados por e-mail. A entrega deverá ser feita no seguinte endereço: Estrada Parque Contorno do Bosque, s/nº, Sudoeste, Brasília/DF, Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada, telefone: (61) 3966-2385 ou 3966-2104, quando se tratar de Nota Fiscal com natureza de operação venda, sendo o recebimento, neste momento, de caráter provisório, compreendido no horário entre 7:00 às 16:30 horas, de segunda a quinta-feira e de 7:00 às 15:00 horas, na sexta-feira.

9.3. Recebimento:

9.3.1. Será feito na Seção de Almoxarifado, Sala de Entrada do Hospital das Forças Armadas - Brasília DF. O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista neste Projeto Básico, na Lei nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

9.3.2. O objeto deste Projeto Básico deve atender às especificações constantes do item 1.1 (Especificações) acima, com a observância das seguintes prescrições:

9.3.3. Estar livre de qualquer ônus judicial ou extrajudicial;

9.3.4. Estar em perfeitas condições de uso;

9.3.5. Apresentar boa qualidade, embalagem deverá apresentar bom estado e estar pronto para ser utilizado, a partir da data da entrega do objeto no Almoxarifado e do aceite do servidor responsável pelo acompanhamento da execução do objeto;

9.3.6. Será rejeitado quando não atender às condições estabelecidas no Edital, seus Anexos e na proposta comercial apresentada pelo licitante vencedor. Havendo vícios ou incompatibilidades no fornecimento, o licitante vencedor deverá corrigi-los no prazo determinado pelo Almoxarifado do HFA, sob pena de aplicação das sanções cabíveis; e

9.3.7. Somente admitir-se-á a prorrogação do prazo para o fornecimento quando verificada a ocorrência de uma das hipóteses previstas nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo ser adotado o procedimento previsto no § 2º do citado dispositivo legal, mediante solicitação expressa e formal do licitante vencedor antes de vencido o prazo original.

9.3.8. Os materiais deverão ser entregues em sua embalagem original contendo as indicações de marca, modelo, fabricante e procedência, acompanhados de catálogos, dos manuais, de publicações com informações adicionais e certificados de autenticidade e de garantia, etc.

9.4. Recebimento provisório

9.4.1. Não se aplica.

9.5. Recebimento definitivo

9.5.1. Não se aplica.

9.6. Treinamento:

9.6.1. Não se aplica.

9.7. Forma de execução

9.7.1. Devido a urgência da utilização dos materiais, os produtos deverão ser entregues no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da ordem de fornecimento (Nota de Empenho), acompanhado de cópia do empenho, ambos enviados por e-mail.

10. GARANTIA

10.1 Os produtos deverão ter a garantia mínima de 12 (doze) meses ou a garantia do fornecedor.

10.2 A garantia será somente a do fabricante.

10.3 Durante o período da garantia, os bens que apresentarem defeito devem ser reparados e/ou trocados em até 30 (trinta) dias, sem qualquer ônus para o HFA.

10.4 Após esse período, caso seja verificada a necessidade de um tempo maior para estoque do bem, o CONTRATADO deverá substituir o mesmo por outro equivalente com prazo de validade mais prolongado, arcando com a retirada, transporte e instalação em cada uma dessas substituições.

10.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.7 Após esse período, caso seja verificada a necessidade de um tempo maior para estoque do bem, o CONTRATADO deverá substituir o mesmo por outro equivalente com prazo de validade mais prolongado, arcando com a retirada, transporte e instalação em cada uma dessas substituições.

11. PRODUTIVIDADE DE REFERÊNCIA

11.1 Não se aplica.

12. NECESSIDADE DE VISTORIA

12.1 Não se aplica.

13. ORDEM DE SERVIÇO

13.1 Não se aplica.

14. NÍVEL DE SERVIÇO (SOMENTE PARA SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA)

14.1 Não se aplica.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A cargo do setor responsável.

16. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

16.1. São obrigações da Contratante:

16.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

16.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

16.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

16.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

16.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

16.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.1.7. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

17. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

17.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

17.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

17.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

17.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

17.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato. 17.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

17.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

17.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

17.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

17.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

17.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

17.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

18. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

18.1 A gestão dos materiais licitados fica a cargo da chefia do setor e do fiscal do contrato que será nomeado após a finalização do certame

19. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

19.1 Não se aplica.

Brasília - DF, 22 de julho de 2021.

Solicito:

SC ENFA TELMA REJANE DOS SANTOS FAÇANHA

Subcoordenadora

Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente

De acordo:

Brig Med - GERALDO JOSÉ RODRIGUES
Diretor Técnico de Saúde

Aprovo, de acordo com o art. 7º, § 2º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

ELVIO DE DEUS GULART - Cel (EB)
Ordenador de Despesa do Hospital das Forças Armadas



Documento assinado eletronicamente por **Telma Rejane dos Santos Facanha, Subcoordenador(a)**, em 23/07/2021, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **3832072** e o código CRC **29DA910F**.